TRANSFERIR o gozo de 30 (trinta) dias de Licença-Prêmio do servidor GERMANO MORAES DE CARVALHO, Auxiliar de Administração, estabelecida pela Portaria n.º 2108/2012-MP/SGJ-TA, de 13/8/2012, em 7/1 a 5/2/2013, para o período de 1/7 a 30/7/2013

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 14 de novembro de

DIJI CELINDA LOBATO PANTO IA Subprocuradora-Geral de Justiça,

área técnico-administrativa, em exercício

## CONVÊNIO **NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 461815**

Convênio: 3 Exercício: 2012

Objeto: Cooperação técnica, científica e operacional com vistas à erradicação do trabalho infantil e à adequada proteção ao trabalho do adolescente no Estado do Pará.

Valor Total: 0.00

Assinatura: 19/11/2012

Vigência: 19/11/2012 a 18/11/2017

Beneficiário ente Público: PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 8º REGIÃO
Concedente: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordenador: ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA
RESOLUÇÃO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 462130
RESOLUÇÃO N° 035/2012-CPJ, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2012

Dispõe sobre o pagamento retroativo do auxílio-alimentação aos membros do Ministério Público do Estado do Pará e dá outras COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO

PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições previstas no artigo 21, incisos I e VII, da Lei Complementar estadual nº 057 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará), de 6 de julho de 2006.

CONSIDERANDO a Lei nº 7.646, de 16 de julho de 2012, que instituiu o auxílio-alimentação aos membros do Ministério Público do Estado do Pará;

CONSIDERANDO que a Associação dos Membros do Ministério CONSIDERANDO que a Associação dos memoros do ministerio Público do Estado do Pará requereu "o pagamento do auxílio-alimentação aos membros do Ministério Público do Estado do Pará retroativamente, de 16.07.2012 a 19.05.2004, com a incidência de juros e correção monetária devidos (...) respeitando a simetria constitucional entre a Magistratura e o Ministério Público, considerando-se para tal fim, o pedido administrativo feito junto ao Conselho Nacional de Justiça em 19.05.2009, e que resultou na edição da Resolução nº 133/2011 daquele que resultou na edição da Resolução nº 133/2011 daquele Egrégio CNJ, que ensejou a interrupção do prazo prescricional" (expediente protocolado sob nº 37665/2012, de 10/09/2012, complementado por meio do protocolado sob o nº 41444/2012, de 02/10/2012, e nº 44576/2012, de 24/10/2012); CONSIDERANDO o disposto no § 4º do artigo 129 da Constituição

Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 31 de dezembro de 2004;

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional de Justiça, na decisão proferida no Pedido de Providências nº 0002043-22.2009.200.0000 reconheceu "a simetria constitucional existente entre a Magistratura e o Ministério Público", bem como a "necessidade de comunicação das vantagens funcionais do Ministério Público à Magistratura Nacional" (Resolução CNJ nº 133, de 21 de junho de 2011);

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional do Ministério Público, no Pedido de Providências nº 0.00.000.000899/2009-15, também reconheceu a paridade entre o Ministério Público e Poder Judiciário, bem como o caráter unitário do Ministério Público Nacional, estendendo-se ao Ministério Público dos Estados os benefícios os direitos e vantagens ao Ministério Público da União; CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal determinou o arquivamento da Ação Originária nº 1725, que questionava o pagamento do auxílio-alimentação aos magistrados brasileiros, por não vislumbrar "qualquer ilícito no pagamento a magistrados de direitos concedidos regularmente à maioria dos trabalhadores brasileiros, servidores públicos ou não, e especialmente aos membros do Ministério Público, carreira com que a magistratura guarda plena simetria, na esteira do que reconhecido pelo Conselho Nacional de Justiça" (sic);

CONSIDERANDO que os membros do Ministério Público da União recebem o auxílio-alimentação desde o advento da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, combinado com a Lei Federal nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, que instituiu o beneficio no âmbito do funcionalismo federal, aplicável, subsidiariamente, ao Ministério Público da União, de acordo com a previsão contida no art. 287 da Lei Complementar nº 75, de

CONSIDERANDO que a simetria da carreira do Ministério Público com a Magistratura é auto aplicável, sendo, pois, necessária a comunicação das vantagens funcionais entre estas, na forma da Lei Complementar nº 75, de 1993, e da Lei nº 8.625 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), de 12 de fevereiro de 1993, sempre que se verificar desequilíbrio entre as referidas carreiras de Estado;

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional do Ministério Público. nos autos do Procedimento de Controle Administrativo nº 0.00.000.000447/2011-40, reafirmando a simetria entre as carreiras da Magistratura e do Ministério Público, decidiu que

a concessão do auxílio-alimentação, como parcela de caráter indenizatório, aos membros do Ministério Público nacional, "não viola a regra do subsídio, conforme previsão expressa no artigo 287, § 1°, da LC n° 75/93 c/c artigo 22 coput a 6.40 km. 7, § 1°, da LC n° 75/93 c/c artigo 22, caput, e § 1° da Lei 8.460/92, aplicável também aos membros dos Ministérios Públicos dos Estados, por força da norma de extensão do art. 80 da Lei nº 8.625/93 ou lei orgânica própria" (sic);

CONSIDERANDO que não pode haver distinção injustificável entre os membros do Ministério Público brasileiro, concedendose apenas a alguns o direito de ser indenizado pelos gastos realizados em prol da própria atividade laboral;

CONSIDERANDO ser inequívoco que, no sistema de subsídio, a remuneração é igual para ambas as carreiras (Magistratura e Ministério Público), observada a correlação de nível, classe ou entrância:

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 57, § 7º da Constituição Federal, o sistema de subsídio em parcela única não é incompatível com a concessão de vantagens de cunho indenizatório, como é o caso do auxílio-alimentação, que, como tal, não está sujeito ao teto remuneratório previsto na mesma Constituição (Resolução CNMP nº 09, de 5 de junho de 2006, art.

CONSIDERANDO que, de acordo com o art. 235 da Lei Complementar Estadual nº 057, de 2006, no que esta for omissa, "aplicam-se, subsidiaria e sucessivamente, ao Ministério Público do Estado do Pará, as normas da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público dos Estados, da Lei Orgânica do Ministério Público da União e do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado do Pará, nesta ordem"; CONSIDERANDO que o auxílio-alimentação vem sendo pago de

forma retroativa à dezembro de 2004, mediante atos normativos internos, pelo Poder Judiciário dos Estados do Pará e Santa Catarina, pelos Tribunais de Contas dos Estados do Para e Santa Grosso do Sul e Bahia, pelo Superior Tribunal de Justiça, pelos Tribunais Regionais do Trabalho e pelo Ministério Público dos Estados de São Paulo, Paraná, Bahia, Paraná e Pernambuco;

CONSIDERANDO que, especialmente no Estado do Pará, o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado já fez o pagamento do referido auxílio, considerando os termos do Requerimento protocolado sob o nº 2012001005281, que teve como Requerente a Associação dos Magistrados do Estado do Pará – AMEPA, onde a Desembargadora Presidente do Egrégio Colegiado, Dra. RAIMUNDA DO CARMO GOMES NORONHA, deferiu o pagamento de auxílio-alimentação aos magistrados paraenses, retroativo a dezembro de 2004, com juros e correção monetária; CONSIDERANDO a insuficiência, no exercício de 2012, de

lastro orçamentário e financeiro para o pagamento integral do auxílio-alimentação aos membros do Ministério Público, com os acréscimos de juros e correção monetária retroativos a dezembro de 2004 como requerido pela entidade representativa da classe CONSIDERANDO que estão programados, conforme a Proposta Orçamentária do Ministério Público para o exercício de 2013, o pagamento de 12 (doze) parcelas do PAE e o provimento dos cargos de Analista Jurídico para dar suporte aos Promotores de Justiça e 3ª Entrância, cujo montante importa, aproximadamente, em R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais);

CONSIDERANDO que os relatórios institucionais internos indicam o pagamento de diferenças de exercícios anteriores (DEAs), ocorridos nos últimos 5 (cinco) anos, sem a aplicação dos

acessórios (juros e correção monetária); CONSIDERANDO, pois, a impossibilidade momentânea da Instituição atender na integralidade o pleito da Associação dos Membros do Ministério Público do Estado do Pará;

CONSIDERANDO, finalmente, a proposta apresentada pelo Procurador-Geral de Justiça e submetida à deliberação deste Colégio de Procuradores de Justiça, RESOLVE:

Art. 1° O pagamento do auxílio-alimentação aos membros do Ministério Público do Estado do Pará, instituído pela Lei n° 7.646, de 16 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial do Estado em 17 de julho de 2012, será efetuado em conformidade com o valor histórico do beneficio, apurado mês a mês, de acordo com o disposto no § 2º do art. 1º do referido diploma legal e na Resolução nº 015/2012-CPJ, de 13 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial do Estado em 16 de agosto de 2012.

Art. 2° O valor a que se refere o artigo anterior poderá ser pago em 01 (uma) ou em 02 (duas) parcelas mensais, iguais e sucessivas, ori (uma) du em 02 (duas) parteias mensais, iguais e sucessivas, e o início do pagamento será definido por ato do Procurador-Geral de Justiça, observadas as dotações orçamentárias e as disponibilidades financeiras do Ministério Público do Estado e respeitado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de março de 2000.

Art. 3º O disposto nos artigos antecedentes é aplicável a todos constituirante de Distriction de constituirante de constituirant

os membros do Ministério Público do Estado do Pará ativos e em efetivo exercício.

Parágrafo único. Aos membros Ministério Público aposentados ou falecidos entre 17 de julho de 2007 e a data da promulgação da Lei nº 7.646, de 2012 (16/07/2012), é assegurado o auxílioalimentação, na forma dos artigos antecedentes e devido desde aquela data até a data da respectiva aposentadoria ou falecimento.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 17 de julho de 2007. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. SALA DE SESSÕES DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE

JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, em 21 de novembro de 2012.

ANTÔNIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA Procurador-Geral de Justiça RAIMUNDO DE MENDONÇA RIBEIRO ALVES Corregedor-Geral do Ministério Público MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR Procurador de Justica CLÁUDIO BEZERRA DE MELO Procurador de Justica

LUIZ CESAR TAVARES BIBAS Procurador de Justiça GERALDO DE MENDONÇA ROCHA Procurador de Justiça
FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA

Procurador de Justiça
DULCELINDA LOBATO PANTOJA

Procurador de Justiça
MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA Procuradora de Justiça RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA

Procurador de Justiça
MARIO NONATO FALANGOLA Procurador de Justica ANA LOBATO PEREIRA

Procuradora de Justica LEILA MARIA MARQUES DE MORAES Procuradora de Justica

TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

Procuradora de Justica MARIA TÉRCIA ÁVILA BASTOS DOS SANTOS Procuradora de Justica

ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO Procurador de Justiça

JORGE DE MENDONCA ROCHA

Procurador de Justiça
MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO VELASCO DOS SANTOS Procuradora de Justica

HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA Procurador de Justica MARIA CÉLIA FILOCREÃO GONÇALVES

Procuradora de Justica CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Procuradora de Justica MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO

Procuradora de Justiça

APOSTILAMENTO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 461929

Número: 1 - Assinatura: 22/11/2012

Valor: 0.00

Justificativa: Inclusão de Elemento de Despesa na Claúsula Setima do Contrato Original. Contrato: 91/2010

Ordenador: ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

## RESULTADO DE LICITAÇÃO NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 461936

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO comunica aos interessados o resultado da Fase de Classificação e Julgamento das Propostas Financeiras e habilitação do Pregão Eletrônico nº. 069/2012-MP/ PA, que tem como objeto Aquisição de Equipamentos e Materiais Médicos e Odontológico para uso no Departamento Médico e Odontológico do MP-PA, nos termos da Lei 5.882/94 do Estado do Pará, para atender as necessidades do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ.

 - À vista da habilitação, foi declarada vencedora a empresa com o seguinte valor:

Lote 02 (itens 4,5,6) - HOSPDENTAL EQUIPAMENTOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS LTDA, CNPJ 13.929.454/0001-93 com valor global de R\$ 2.226,41.

TRAT COMERCIO DE PRODUTOS Lote 04 (11.12) ODONTOLOGICOS LTDA - EPP, CNPJ 08.378.126/0001-06, com valor global de R\$ 949,00.

Item 13 – HOSPDENTAL EQUIPAMENTOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS LTDA, CNPJ 13.929.454/0001-93 com valor

GIODAI DE R\$ 5.590,00.

Item 14 — SERCON-INDS E COM DE APARELHOS MED E HOSPITALARES LTDA, CNPJ 59.233.783/0001-04 com valor global de R\$ 4.749,90. 15 – ROSSATO & BERTHOLD LTDA -ME, CNPJ

06.977.683/0001-18, valor global de R\$ 1.925,00. Valor total do certame: R\$ 15.440,31

Belém (PA), 22 de Novembro de 2012. Jamylle Hanna Mansur-Pregoeira

## INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO DE CONTRATO N° PUBLICAÇÃO : 461841 NOTA DE EMPENHO DA DESPESA: 2012NE05974 Valor: 1,164.20 - Data: 13/11/2012 Vigência: 13/11/2012 a 21/01/2013

Objeto: Fornecimento de adesivos para identificação de veículos do Ministério Público do Estado do Pará

Pregão Eletrônico: 77/2012

Orcamento: Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso
03122129745340000 339039 0101000000 Estadua
Contratado: M.L. Elias Comércio e Serviços Gráficos
Endereço: R Heron Domingues, Bairro: Irajá, 235 Estadual

CEP. 21230-420 - Rio de Janeiro/RJ Complemento: Lote 20 QD E Parte Email: mledistribuidora@gmail.com

Telefone: 2134528361
Ordenador: ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA